

## Memória da 45ª Reunião do Comitê Gestor de Capacitação – CGCAP 01/02/2016

Às quinze horas e trinta minutos do dia primeiro de fevereiro de dois mil e dezesseis, presentes, Andrea de Marque, Helena Araujo, Letícia Martins, Iran Sotero, Carla Lessa, Gilceli Alves, Beatriz Gomes, Rodrigo Jorge, Eugênio Pio, Marcelo Kinouchi, Ricardo Brochado e Rafael Costa (à distância), Helena abre a reunião agradecendo a presença de todos e abre a discussão sobre a minuta da portaria do PAC, ressalta a importância das diretrizes e metas da portaria e ressalta a prioridade da formação gerencial, cursos de pós graduação e formação continuada. Informa da importância da ampliação das parcerias com instituições nacionais (MMA, IBAMA, ANA e OUTROS) e internacionais no ano de 2016 e 2017 devido às restrições orçamentárias, ressalta a respeito da parceria que ocorreu em 2015 com a Agência Nacional de Águas e sobre o diálogo que terá com a ANA para que haja oferta cursos com tempo hábil para divulgação e programação dos servidores. O Comitê debate sobre importância das metas do PAC (art. 5º) feito em parceria com a COPLAN em especial a letra b) capacitar 20% dos gestores/chefes do ICMBio e d) capacitar 75% de servidores efetivos em pelo menos uma capacitação prevista no PAC, levando em consideração o ano de 2011-2015. Lembra da dificuldade de alcançar a meta de capacitar 100% do quadro dos servidores, pois existe o desinteresse por parte de alguns servidores, por esse motivo foi estabelecido à meta de capacitar 75% dos servidores a cada quatro anos. Levanta a necessidade de atualização do item d) para **d) capacitar 75% de servidores efetivos em pelo menos uma capacitação prevista no PAC, levando em consideração o ano de 2016-2019**. Ricardo Brochado pede a palavra e pondera sobre o item e) afastar até 3% do total de servidores do ICMBio para participar de programas de pós graduação lato *sensu* ou *stricto sensu* (Portaria nº 160, de 10/04/2015), e sugere alterar o texto para **e) afastar em até 3% do total de servidores do ICMBio para participar de programas de pós graduação lato *sensu* ou *stricto sensu* (Portaria nº 160, de 10/04/2015)** o Comitê concorda. Iran e Rodrigo sugerem a alteração do item c) **ampliar em 100% os cursos a distâncias em relação ao ano anterior**. O Comitê debate sobre a meta b) capacitar 20% dos gestores/chefes do ICMBio: para que haja oportunidades aos chefes de Unidades e outros gestores são necessários ampliar o número das capacitações gerenciais à distância e fortalecer o papel dos multiplicadores na capacitação gerencial. Andrea informa que anualmente aproximadamente 35% a 38% dos chefes são capacitados por ano, alerta sobre a queda nos números de capacitados em 2015 devido às restrições orçamentárias. Andrea anuncia publicação da portaria de transferência de atividades de Educação Corporativa para a ACADEBIO com a data de 01/02/2016 com prazo de 60 dias para a transição, e a partir da publicação da portaria o Art. 10 da portaria do PAC passa a ter nova redação para: **Art. 10 O PAC 2016 será permanentemente monitorado pelo Comitê Gestor de Capacitação - CGCAP e avaliado semestralmente, considerando como subsídio os relatórios emitidos pela ACADEBIO, nos quais constarão a avaliação de reação e a avaliação de impacto dos eventos de capacitação**. Por motivo de outra reunião urgente, Marcelo Kinouchi precisou retirar-se da presente reunião. Rodrigo pede a palavra para explicar sobre o Art.4 b): b) promoção, em conjunto com instituições parceiras, de cursos de pós graduação com apoio à participação dos servidores; e levanta a questão de não constar o Mestrado Profissional no anexo do PAC para os servidores (alunos e professores) que já estão cursando o Mestrado, desta forma o comitê decide em inserir na lista do PAC os recursos destinados ao Mestrado Profissional no item de formação específica, Andrea explica que haverá apoio ao Mestrado aos antigos alunos e somente os

novos alunos da turma de 2016 não terão o apoio do PAC devido às restrições orçamentárias e financeiras. Ricardo Brochado sugere considerações ao texto, comprometendo enviá-las em seguida por email ao Comitê: **Art. 6 c) formação gerencial – eventos de capacitação destinados a servidores que exercem prioritariamente função de chefia. Contemplam capacitações com objetivo de fornecer ferramentas de gestão de equipes que auxiliem de forma efetiva na atuação dos gestores do ICMBio e;** Andrea explica que a alteração irá corroborar com o encarecimento virtual. Ricardo sugere resgatar artigos do PAC 2014 para seleção e obrigatoriedade do servidor informar sobre cancelamento e desistência de participação em cursos com devida antecedência que serão encaminhados por email para o Comitê. Dando prosseguimento à reunião e a apresentação do Anexo I, O Comitê debate sobre mapeamento de competências básicas, essenciais e transversais utilizados para priorizar os cursos no Anexo I do PAC, Helena informa que de houve estudo para definir competências técnicas que permeiam o grupo de todas as competências. O Comitê debate sobre a redução em 50% do orçamento para a capacitação em relação ao PAC de 2015. Neste momento Beatriz pede a palavra questiona sobre referencias no anexo a cursos com o tema de Uso Público, Helena explica que a minuta de portaria foi feita a partir de estudos realizados através de demandas dos servidores que foi aplicado pela CGGP, através do levantamento de necessidades de capacitação ao final de 2015 e os cursos constantes em anexo poderiam sofrer alterações mediante apresentação de demandas estipuladas pelas Coordenações Gerais. O Comitê prossegue a reunião acordando que cada área deverá apresentar sua contribuição para que sejam definidos os cursos prioritários para o PAC. Helena pede a palavra para explicar que, diante da realidade orçamentária, os valores previstos no ANEXO I poderão ser diminuídos, o Comitê relembra sobre a breve fala de abertura do Diretor da DIPLAN Rogério Guimarães acerca dos cortes orçamentários na ultima reunião do CGCAP, e que existe a importância de fazer o levantamento das prioridades e a previsão de investimento em cursos. Iran pede a palavra para ressaltar a importância do curso de fiscalização, informa que a previsão para que esse curso seja realizado é de 700.000,00 (setecentos mil reais), e caso não haja esta capacitação, 174 fiscais estarão impossibilitados de possuir o porte de armas. O Comitê prossegue a reunião se comprometendo a fazer um estudo de competências básicas e essenciais e prioritárias a serem capacitadas em 2016, além de priorizar os projetos de Cooperação Internacional, Convênios e Parcerias. Por motivo de outra reunião urgente Gilceli e Carla precisam se retirar. O Comitê decide em solicitar a manutenção do valor do PAC do ano passado, em aproximadamente 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para os cursos prioritários e obrigatórios (biolingué) além das formações iniciais (curso de ambientação e formação), priorizando parcerias para os demais. O Comitê prossegue a reunião deliberando sobre: **MESTRADOS NO PAÍS:** 1) Servidora: KATIA REGINA AURICH, Lotação: APA Costa das Algas/ES, Capacitação: Mestrado Profissional em Gestão Pública na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Período: 01/03/2016 a 31/12/2016, Tema do Projeto: “Implantação da gestão para resultados em unidades descentralizadas do ICMBio”. Servidora possui autorização para o mestrado desde 2014, sendo dado início ao curso em 08/2014 sem afastamento, servidora solicita afastamento no período de 01/03/2016 a 31/12/2016 para finalização do mestrado. O Comitê delibera como **APROVADO.** **MESTRADOS NO EXTERIOR.** 1) Servidora: GILCELI ALVES MENEZES, Lotação: Coordenação-Geral de Populações Tradicionais - CGPT/DISAT, Capacitação: Mestrado em Políticas Públicas – Universidade de Lisboa/Portugal, Período: Setembro de 2016 a setembro de 2018, Tema do Projeto: “Identificação e Avaliação da

Implementação de Programas, Iniciativas e Projetos Públicos de Fornecimento e Expansão de Energia para Povos e Comunidades Tradicionais Beneficiários de Unidades de Conservação de Uso Sustentável”. Andrea informa solicitação da servidora em custeio da inscrição no Mestrado com recursos do PAC no valor de 12.000,00 (doze mil reais) ou em solicitar a prorrogação do início do Mestrado para que haja tempo hábil para o pagamento da inscrição pela servidora. O Comitê aguarda posicionamento da servidora.